

EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO

José Gabriel Izidório de Oliveira¹
Orientadora: Prof^a M. Nídia Nunes Máximus²
Karine Martins Saldanha³

RESUMO

O objetivo do presente texto é debater e mostrar os benefícios/propostas de uma formação profissional bilíngue em quaisquer instituições de ensino, por meio da pós-graduação bilíngue, Expondo o quanto uma educação inclusiva em um ambiente bilíngue em nível superior permite ao sujeito surdo experiência formativa e de capacitação de maneira igual ao sujeito ouvinte (não surdo). Concluímos que é de grande importância e eficácia um ensino superior bilíngue em Língua Brasileira de Sinais, Libras como primeira língua dos surdos (L1), um caminho certo para a educação superior para os alunos surdos.

Palavras-chave: Surdo; educação superior; ambiente bilíngue; Língua Brasileira de Sinais.

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), é ainda um obstáculo que abrange nos setores educacionais, principalmente, no ensino superior, onde há surdos que participam no ambiente que abriga duas línguas ao mesmo tempo, no qual percebe que a Libras não é valorizada em alguns ambientes educacionais. Por meio da educação de escassez, a educação inclusiva bilíngue não estimula nem avança de forma desejada para os que buscam. O presente trabalho apresentado mostra um estudo de modo a esclarecer a proposta do tema e avançar o melhor entendimento e formativa para os sujeitos surdos em busca da sua capacitação e profissional bilíngue qualificado em instituições de ensino através da pós-graduação bilíngue lato sensu. O procedimento metodológico prioriza uma pesquisa qualitativa, organizada por meio do próprio autor deste trabalho, estruturando as entrevistas para alunos surdos inclusivos no ensino superior, tratando-se da questão de ensino por meios de duas línguas usadas tanto dentro quanto externo da sala de aula, e buscar a garantia da eficiência da Libras na educação superior.

DESENVOLVIMENTO

Antes de tudo, deve-se entender sobre a surdez. Segundo Nunes, Saia, Silva e Mimessi (2015), a perda de audição afeta o sistema auditivo impedindo ou reduzindo o acesso aos sinais sonoros. A partir disso, é preciso esclarecer que nem todos os sujeitos surdos são semelhantes, em vista das diferenças de convivências, metodologia de ensino, o preconceito, ou seja, dependendo das circunstâncias no contexto social em que o indivíduo surdo se situe. Compreendendo as circunstâncias das diversas formas de tratamento e convivência do sujeito surdo, porém, os autores ressaltam que os sujeitos surdos terão ensino formal (educação) de

1 UFPE, Recife - PE, bieloliveira391@gmail.com.

2 UFPE, Recife - PE, nidia.maximus@hotmail.com.

níveis variáveis, isso por depender da metodologia utilizada nas diversas escolas de ensino, onde nem todos os professores são plenamente capacitados para tal fim.

Os movimentos organizados pela comunidade surda em luta do reconhecimento dos direitos linguísticos na modalidade visual-espacial, diferentemente da oral-auditiva, impulsionaram as comissões nacionais das políticas de educação bilíngue inclusiva, através da Lei 10.436, de 24.04.2002, e sua regulamentação com o decreto 5.626, de 22.12.2005:

- O direito dos surdos e seus familiares a poderem escolher uma modalidade de ensino que acreditam ser a mais adequada;
- A opção por professores bilíngues e qualificados, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior,
- A obrigatoriedade do ensino da Libras nas universidades, nos cursos de licenciaturas e Fonoaudiologia, podendo estender aos demais cursos,
- O direito de terem tradutores, intérpretes e professores de Libras graduados e a formação de professores bilíngues na Educação Básica.

A conquista dessa Educação Bilíngue está aprovada na estratégia 4.7, da Meta 4, do PL 8035-2010, do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, tramitado e aprovado pelo Congresso Nacional, garantindo a Educação Bilíngue, com objetivos que vêm garantir direitos constitucionais e infraconstitucional aos surdos, objetivando:

- Vincular os surdos a uma educação linguística/cultural e não a uma educação especial, que trata a surdez como uma anomalia, com necessidade de reabilitação ou ações cirúrgicas corretivas.
- Ter como critério de seleção a similaridade educacional dos alunos e não a deficiência;
- Reconhecer e valorizar a especificidade linguística/cultural, assegurada na Convenção sobre Direitos das Pessoas com deficiência;
- Promover a identidade linguística da comunidade surda, como elemento fundamental no favorecimento do desenvolvimento social dos surdos;
- Criar ambientes linguísticos de aquisição da Libras como L1 para crianças surdas e aprendizado de Português como L2;
- Garantir a aquisição e a aprendizagem da L1 e L2, como condição necessária à educação de surdos, favorecendo a conclusão de uma educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do Português;
- Compreender a Educação Bilíngue para surdos como uma escolarização que respeita a condição da pessoa surda e sua experiência visual, como fator de construção de uma cultura singular, considerando a necessária aprendizagem escolar do Português;
- Demandar a necessidade de uma política linguística que defina a participação das duas línguas no processo educacional, mas que tenha a Libras como língua curricular e constituidora da pessoa surda.

Desconhecimento e escassez do ensino de Libras, porém, depois da aprovação do Plano Nacional garantir a Educação Bilíngue para os surdos, não foi obtido satisfatoriamente por ser uma língua desprezada diante dos profissionais e educandos por não saberem lidar essa causa indispensável que é fundamental o desenvolvimento cognitivo do sujeito surdo, Passo de Oliveira (2009).

Outros fatores principais, nos períodos em que os surdos sofreram com as modificações de metodológicos que almejavam o conceito abusivo e até mesmo a proibição das línguas de sinais, a qual é a própria língua natural dos surdos. Rodrigues (2008), citado por Passo de Oliveira (2009): “...durante a Idade Média, a igreja condena o infanticídio, fornecendo a ideia de atribuir a causas sobrenaturais as “anormalidades” que apresentavam as pessoas...”.

Passo de Oliveira retrata a formação educacional problemática por dificultar o atendimento da maior parte do tempo do aluno surdo. Passo de Oliveira (2009), Fernandes et

al. (1989) e Johnson (1991) explicam que a maior parte dos surdos profundos não desenvolveu uma fala socialmente satisfatória e, em geral, esse desenvolvimento era parcial e tardio em relação à aquisição de fala apresentada pelos ouvintes, implicando um atraso de desenvolvimento global significativo. “muitas escolas chegam a fazer tentativas no intuito de construir condições para melhorar a inserção do aluno nas salas regulares. Uma delas é o intercâmbio com escolas especiais, seja para manter o aluno em dois espaços, seja para dar suporte a professores da classe regular em sua prática pedagógica”. Passo de Oliveira, 2009 cita Goés & Laplane (2005).

Diante do exposto acima, definimos o tema a ser abordado: Universidade bilíngue para surdos: uma meta no sistema educacional inovador: Citamos dois exemplos de sucesso de educação bilíngue em nível superior, entre outras. A Universidade Gallaudet (Gallaudet University), e a Rochester Institute of Technology, onde existe National Technical Institute for the Deaf (Instituto Técnico Nacional para os Surdos), ambas localizadas nos Estados Unidos. Com programas desenvolvidos exclusivamente para surdos e pessoas com dificuldades acentuadas de surdez, tendo como primeira língua oficial a Língua de Sinais Americana (ASL). No Brasil, atualmente, existem as faculdades para alunos surdos e ouvintes, como o Instituto Superior Bilíngues de Educação, unidade INES, uma faculdade voltada para surdos, promovendo cursos de Magistério para surdos e ouvintes. O objetivo do curso é formar professores bilíngues. A Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, também promove alguns cursos nessa área.

No caso em estudo, curso da Pós-graduação Lato Sensu, da especialização em Educação Inclusiva da Pessoa Surda em Libras, está organizado de forma a expressar o conhecimento na língua de sinais, e privilegiar as formas de ensino e aprendizagem dos surdos, que está sendo ministrado de forma presencial. Esta especialização é oferecida na Faculdade Modelo (ALPHA), que passa a fazer parte da Educação, reconhecida pelo Ministério da Educação do Governo Federal – MEC. Esta graduação de ensino superior, reconhece a importância da comunicação da Libras, que segundo membros do GT, portaria nº 1.060, 2013, p. 9 cita: “Desse modo o poder público, ao assegurar a educação bilíngue de surdos, como alternativa legítima de educação, garante o acesso precoce das pessoas surdas a uma língua de sinais plena, rica léxica e gramaticalmente. Isso se faz pelo ensino da Libras, pela pesquisa e pelo lugar efetivo que o uso da Libras adquire no quadro linguístico brasileiro”.

A finalidade do ensino superior bilíngue busca garantir a inclusão social de surdos na sociedade, por meio de formação acadêmica, abrindo espaços para sua inclusão no mercado de trabalho. Os especialistas formados neste curso poderão trabalhar em ensino de educação básica, nível superior, na área de saúde, que também inclui aspectos sociais, culturais e políticos, onde há necessidade de ensino de Libras para minimizar as barreiras de comunicação entre surdos e ouvintes. A estrutura do curso superior deve dispor de competência pedagógica e técnica de um grupo de profissionais fluentes em Libras, privilegiando os surdos.

Segundo Quadros, Cerny e Pereira (2008), “Diante das perspectivas linguísticas e educacionais, a língua de instrução do curso bilíngue superior é a língua brasileira de sinais. Nesse sentido, esse curso reflete a política linguística atual na educação de surdos”. Sobre avaliação acadêmica, devemos repensar o conteúdo e dar-se uma adaptação do português para Libras, deixando os alunos surdos terem o acesso do total da língua, como diz a respeito do curso superior bilíngue, conforme membros do GT, portaria nº 1.060, 2013, p. 15: “O conteúdo dos instrumentos de avaliação devem ser pensados na Libras para candidatos/estudantes surdos. Isso implica a necessidade de adaptações. Por exemplo, em provas com exemplos da Língua Portuguesa pode ser necessário incluir exemplos da Libras para tornar mais claro o conteúdo em questão”.

A partir da estrutura do currículo do curso superior bilíngue, serão necessários critérios exigentes, a fim de assegurar uma educação eficiente para todos os alunos, bem como garantir o ensino-aprendizagem entre professor e aluno. Para a estruturação dos objetivos, a escolha dos conteúdos, a elaboração dos passos metodológicos das disciplinas e a construção dos instrumentos de avaliação. Além de nortear a organização, o desenvolvimento e a avaliação do processo ensino-aprendizagem são os referenciais básicos para toda a equipe multidisciplinar, envolvida na construção dos materiais didáticos. Quadros, Cerny e Pereira (2008).

Neste curso superior bilíngue, como o próprio nome já diz, os profissionais que trabalharam para melhor atendimento educacional devem respeitar e interagir eficientemente com os alunos, reconhecendo o linguístico utilizado no decorrer do currículo acadêmico e, neste caso, deve-se aprofundar os conhecimentos da perspectiva da cultura surda, linguística, histórica e outros fatos relacionados à surdez e língua materna, L1, de acordo com Quadros, Cerny e Pereira (2008). Além disso, é uma graduação superior que coloca alunos surdos nas universidades e faculdades, a qual configura-se uma inclusão verdadeira e apoio à linguística, respeitando a Lei da Libras, como previsto em Lei. Conforme Quadros, Cerny e Pereira (2008), “Os surdos trazem consigo a experiência de uma língua visual-espacial, a Língua de Sinais, uma língua não oral-auditiva, manifestação linguística própria deles mesmos em sua forma mais autêntica de produção.” Então, a importância da graduação do ensino superior de reconhecer a comunicação em Libras, segundo membros do GT, portaria nº 1.060, 2013, p. 9.

METODOLOGIA

O presente trabalho apresenta duas seções distintas, uma delas é uma revisão bibliográfica e a outra um estudo de caso. Neste estudo, há um campo de pesquisa que formaliza o método qualitativo, com a finalidade de coletar os dados quantitativos, além de ser um estudo intrínseco da experiência de aprendizagem no decorrer de vida escolar e acadêmica.

O questionário foi realizado pelos próprios autores deste estudo, de forma satisfatória e cautelosa, utilizando perguntas específicas sobre o histórico de aprendizagem, que foram abordados no capítulo anterior. Neste caso, foram inseridos 12 questionamentos, com três opções de respostas submetidas a este questionário. As questões foram direcionadas aos alunos surdos da pós-graduação bilíngue lato sensu, pelo fato de ser o tema específico deste trabalho.

Quanto ao campo de pesquisa, a entrevista foi realizada em num ambiente acadêmico de pós-graduação bilíngue, chamado Alpha Faculdade, no município de Recife, capital pernambucana, local onde há alunos surdos que frequentam aulas com professores bilíngues, com estrutura satisfatória. A seguir, as questões do questionário: A coleta de dados teve como alvo indivíduos surdos, totalizando um quantitativo de 22 surdos entrevistados.

Os dados obtidos foram inseridos em um gráfico ilustrativo em forma de barras, com o intuito de mostrar aos leitores um resumo da pesquisa de campo, de maneira eficiente e prática para leitura e análise.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Com o objetivo de investigar as vantagens de uma educação inclusiva em ambiente bilíngue, em nível superior, permitindo ao sujeito surdo uma experiência formativa e de capacitação de maneira igual ao sujeito ouvinte. Para isto foram realizadas coletas de dados, fotos e vídeos de atividades em sala aula para esta pesquisa. Utilizou-se um roteiro de entrevista, que foi aplicado em vinte e dois alunos do curso de Pós-Graduação em LIBRAS, surdos, adultos, entre 24 e 37 anos, especialistas e usuários da Língua Brasileira de Sinais,

todos universitários, alguns concluintes de curso superior e outros ainda cursando. Os tipos e graus de surdez não foram considerados, uma vez que todos os participantes se comunicam pela Libras. A coleta de dados foi realizada numa sala de aula de alunos surdos em uma turma de Pós-Graduação. O instrumento de coleta foi usado em um roteiro de entrevista, com 12 questões abertas, enfocando as áreas temáticas: aprendizagem de Libras, formas de comunicação e interação social com surdos e ouvintes. As entrevistas foram cedidas com consentimento prévio dos entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado, o relacionamento social, a comunicação, o desempenho ao realizar as atividades, a postura de apresentação, o conhecimento do tema apresentado do curso aplicado em Libras foi de grande aproveitamento pelos cursistas surdos. As conclusões indicam que: o bom conhecimento da Libras e da língua portuguesa de todos participantes, mostrou ser um ponto chave para o sucesso dos resultados.

Quanto ao grupo de coordenadores e colaboradores, depois dessa experiência, sentiram-se mais seguros e passaram a compreender melhor o universo da surdez, e a importância de um sistema de ensino superior com planejamento educacional inclusivo, visando à acessibilidade dos indivíduos surdos, com um sistema de ensino organizado, com recursos pedagógicos específicos, com instalações de equipamentos de comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, eliminando barreiras nas comunicações e informações, atendendo as necessidades educacionais dos estudantes surdos.

Quanto ao corpo docente, a presença de professores surdos e professores bilíngues em sala, sem a necessidade de intérpretes, contribuiu de forma tranquila e natural para um ambiente linguístico rico entre professores e alunos surdos, professores ouvintes usuários, especialistas da língua de sinais interagirem de maneira salutar, fator diferencial à acessibilidade, concretizando de forma igual e efetiva em excelente resultado do aprendizado obtido pelos alunos surdos e ouvintes. Tendo em vista o exposto acima, concluímos que é de grande importância e eficácia um ensino superior bilíngue em Libras como L1, um caminho para a educação superior eficiente para os alunos surdos.

REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Brasil. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Libras e a Educação Especial, numa perspectiva de Educação Inclusiva para surdos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 Dez. Seção 1, p. 28-30

Brasil. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 de Abril. 2002. Seção 1, P.23. Brasil. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, atualização 01.12.2014. Plano

Nacional de Educação: 2014-2024. Brasília: Edições Câmara, 2014.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Brasil. Ministério da Educação. Ensino bilíngue com Libras melhora a vida de alunos surdos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/213-1762821894/35311-pedagogia-com-formacao-em-libras-promove-inclusao-de-alunos-surdos>. Acesso em 21 de out. de 2018.

Brasil. Portaria nº 1.060, de 30 de outubro de 2013. Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar subsídios para a Política Nacional de Educação Bilíngue - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, com orientações para formação inicial e continuada de professores para o ensino de Libras e da Língua Portuguesa como segunda língua. Disponível em:  http://www.impresanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/31176452/do1-2013-10-31-portaria-no-1-060-de-30-de-outubro-de-2013-31176448. Acesso em 15/10/2018

Bardin, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

Nunes, Sylvia da Silveira; Saia, Ana Lúcia; Silva, Larissa Jorge; Mimessi, Soraya D`Angelo. Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00537.pdf>. Acessado em 08/11/2018.

Perlin, Gladis. Identidades Surdas. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Passo de Oliveira, Maria Inês. O acesso e permanência dos alunos surdos no ensino superior como garantia e direito. 2009. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T204970.pdf. Acesso em 10/11/2018.

Quadros, Ronice Muller; Cerny, Roseli Zen; Pereira, Alice Theresinha Cybis. Inclusão de Surdos no Ensino Superior por Meio do Uso da Tecnologia. Estudos Surdos III / Ronice Müller de Quadros (organizadora). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

Skliar, Carlos (ORG.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças, 2ª Edição. Porto Alegre: Mediação, 2001.

